

DOSSIÊ: IDENTIDADES NO SUL GLOBAL

Desigualdades de gênero, interseccionalidade e teoria queer: (in)visibilidades e novas possibilidades de existência de mulheres negras empreendedoras brasileiras

AMANDA ZAMBELLI FERRETTI ¹ *

* AUTORA CORRESPONDENTE

¹ FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE LINHARES, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, LINHARES, ES, BRASIL

Resumo

Este estudo tem como objetivo compreender como as desigualdades invisibilizadas no empreendedorismo se constituem a partir da lente interseccional, analisando as possibilidades de existência de mulheres negras brasileiras em empreendimentos dominados por homens. Para responder à questão da pesquisa, foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória envolvendo 14 mulheres negras empreendedoras brasileiras na região Sudeste do Brasil. Técnicas de análise do discurso com inspiração em Foucault foram utilizadas para análise dos dados e surgiram duas categorias principais. Os resultados mostraram que o homem empreendedor continua sendo o profissional de sucesso, self-made man, e a mulher empreendedora é vista como a profissional com menos competências. Contudo, no contexto brasileiro, os aspectos interseccionais constituem marcadores sociais fundamentais para a compreensão das desigualdades e invisibilidades de gênero enfrentadas pelas mulheres negras empreendedoras. Outro resultado foi a possibilidade de (re)construção das identidades das mulheres negras brasileiras no empreendedorismo por meio do uso da teoria queer, considerando o termo como um processo, queerizando suas identidades e consequentemente, o empreendedorismo.

Palavras-chave: desigualdades de gênero, interseccionalidade, discursos do empreendedorismo, queering empreendedorismo, mulheres negras brasileiras.

Gender inequalities, intersectionality, and queer theory: (in)visibilities and new possibilities of existence of Black Brazilian women entrepreneurs

Abstract

This study aims to understand how inequalities rendered invisible in entrepreneurship are constituted through an intersectional lens by analyzing the possibilities of existence of Black Brazilian women in male-dominated ventures. To answer the research question, we conducted in-depth qualitative study involving 14 Black Brazilian women entrepreneurs in the Southeast region of Brazil. Foucauldian discourse analysis techniques were employed to analyze the data, from which two major analytical categories emerged. The results showed that the enterprising man remains a successful, self-made professional, while the enterprising woman is seen as a professional with few skills. In the Brazilian context, intersectional aspects constitute fundamental social markers for understanding gender inequalities and invisibilities faced by Black women entrepreneurs. Another result was the possibility of (re)constructing the identities of Black Brazilian women in entrepreneurship through a queer theoretical lens, treating identity as an ongoing process. This involves queering both their identities and, consequently, entrepreneurship.

Keywords: gender inequalities, intersectionality, entrepreneurial discourses, queering entrepreneurship, black Brazilian women.

Desigualdades de género, interseccionalidad y teoría queer: (in)visibilidades y nuevas posibilidades de existencia de las empresarias negras brasileñas

Resumen

Este estudio tiene como objetivo comprender cómo las desigualdades invisibilizadas en el emprendimiento se constituyen a través de una lente interseccional, analizando las posibilidades de existencia de mujeres negras brasileñas en emprendimientos dominados por hombres. Para responder a la pregunta de investigación, gestionamos datos de calidad en profundidad que involucraron a 14 empresarias negras brasileñas en la región sureste de Brasil. Se utilizaron técnicas foucaultianas de análisis del discurso para analizar los datos y surgieron dos categorías principales. Los resultados mostraron que el hombre emprendedor sigue siendo el profesional exitoso, el hombre hecho a sí mismo, y la mujer emprendedora es vista como la profesional con pocas habilidades. Sin embargo, en el contexto brasileño, los aspectos interseccionales constituyen marcadores sociales fundamentales para comprender las desigualdades e invisibilidades de género que enfrentan las empresarias negras. Otro resultado fue la posibilidad de (re)construcción de identidades de mujeres negras brasileñas en el emprendimiento hacia el uso de la teoría queer, considerando el término como un proceso, “queerizando” sus identidades y, en consecuencia, el emprendimiento.

Palabras clave: desigualdades de género, interseccionalidad, discursos del emprendimiento, queering emprendimiento, mujeres negras brasileñas.

Submetido em 17 de abril de 2025 e aceito para publicação em 17 de março de 2026.

[Versão Traduzida]

DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120250064>

INTRODUÇÃO

A hegemonia de homens nos empreendimentos tende a provocar uma reflexão sobre os aspectos sociais contemporâneos que reforçam a normalização de discursos que criam desigualdades invisíveis nas práticas de trabalho (Vilela et al., 2020). Considerando como as desigualdades de gênero impactam o contexto empreendedor, Brandão et al. (2019) apontam que essas invisibilidades têm início nas instituições de ensino, com discursos que circulam nas universidades e que também reproduzem um padrão segregado por gênero. Mesmo as mulheres altamente qualificadas possuem dificuldades em atingir a legitimidade social de seu papel empreendedor, associado às barreiras que enfrentam para criar e sustentar seus próprios empreendimentos (Bertolami et al., 2018), o que demanda um planejamento maior sobre a decisão de se tornarem empreendedoras, entre outros aspectos.

A desaceleração econômica e a redução no número de empreendedores no Brasil em 2021, em decorrência da COVID-19, fizeram com que o país encerrasse aquele ano com 43 milhões de pessoas administrando seus próprios negócios, de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, conforme citado em Björk et al., 2022). Apesar da redução de 10% em comparação a 2020, os dados reforçam que os discursos que circulam em torno do campo do empreendedorismo continuam enquadrando o empreendedorismo como uma alternativa ao desemprego e como uma forma de acesso a posições cada vez mais escassas no mercado de trabalho tradicional, especialmente para as mulheres (Vilela et al., 2020). Considerando o empreendedorismo feminino, dados de 2024 (Global Entrepreneurship Monitor, 2024) demonstram que o Brasil atingiu o recorde de 10,35 milhões de mulheres liderando negócios, representando 34% de todos os empreendedores. Ainda assim, empreendimentos liderados por mulheres continuam gerando uma renda aproximadamente 20% menor do que aqueles administrados por homens (Global Entrepreneurship Monitor, 2024).

Para além da dimensão de gênero, o empreendedorismo no Brasil também é profundamente moldado pela estratificação racial. Apesar de, em muitos casos, apresentarem níveis mais elevados de escolaridade, mulheres negras empreendedoras recebem menos do que homens brancos empreendedores. Dados de 2025 indicam que 47% dos negócios geridos por mulheres negras empreendedoras apresentam até R\$2.000 por mês (US\$ 372,36) em faturamento, sendo que estas possuem maior probabilidade de empreender por necessidade (Global Entrepreneurship Monitor, 2024). Dessa forma, uma perspectiva interseccional permite compreender esse fenômeno por meio de estruturas de opressão que operam tanto em níveis microssociais quanto macrossociais (de Almeida et al., 2021). Akotirene (2018) define interseccionalidade como um sistema interconectado de opressão que atravessa a vida das mulheres negras em “avenidas identitárias” relacionados a gênero, raça e classe.

Adicionalmente, Acker (2006) apresenta o termo “regimes de desigualdade” para explicar as práticas e processos interligados que resultam na continuidade das desigualdades em todas as organizações. Para a autora, teorias e pesquisas sobre desigualdade, dominação e opressão precisam considerar minimamente as intersecções relacionadas a raça/etnia, gênero e classe (Acker, 2006). Pulido (2017) considera que o capitalismo é generificado e racializado, ao reforçar as diferenças entre homens e mulheres, pessoas negras e brancas, de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que tendem a atribuir maior valor aos homens (e à masculinidade), à branquitude e ao Norte Global. Para Amis et al. (2018), as desigualdades entre grupos sociais também tendem a persistir e aumentar de geração em geração. Assim, negros, hispânicos e outras minorias raciais tendem a enfrentar condições de trabalho mais desfavorecidas, quando comparadas a pessoas brancas. Essas dinâmicas implicam a existência de mecanismos subjacentes que perpetuam a desigualdade ao longo do tempo. Além disso, considerando gênero e sexualidade, a lente da teoria *queer* permite questionar criticamente os pressupostos normativos incorporados aos discursos, deslocando o foco de categorias identitárias fixas para as relações de poder que definem quem pode legitimamente existir, ser reconhecido e valorizado (Butler, 1990).

Embora exista um número crescente de pesquisas sobre desigualdades nas organizações (Amis et al., 2020; Bapuji et al., 2020; Conde et al., 2023), há uma oportunidade de compreender as desigualdades de gênero considerando aspectos interseccionais, tais como a influência de classe, raça e sexualidade, entre outros, bem como as invisibilidades que atravessam o empreendedorismo no contexto do Sul Global (Romero & Valdez, 2016). Crenshaw (2002) define a interseccionalidade como um conceito que busca compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Davis (2016) aponta a importância dos aspectos interseccionais entre feminismo, antirracismo e luta de classes, ao refletir sobre as relações de poder existentes na sociedade, bem como sobre as invisibilidades e desigualdades originadas pelo sexismo e racismo para além do gênero, como efeito das hierarquias raciais e da lógica de superioridade versus inferioridade.

No Brasil, Akotirene (2018) demonstra que a interseccionalidade possibilita uma análise com crítica do feminismo na compreensão das desigualdades de gênero, uma vez que busca compreender a fluidez das identidades consideradas “subalternas”, impostas por preconceitos, subordinações de gênero, classe e raça, além das opressões estruturais da matriz colonial moderna. Considerando o contexto empreendedor, Romero e Valdez (2016) sugerem que estudos interseccionais aplicados ao empreendedorismo vão além do aspecto unidimensional relacionado à perspectiva individual ou econômica, a partir da compreensão das múltiplas identidades e complexidades sobre o que significa tornar-se empreendedor(a) (Imas et al., 2012). Dessa forma, este estudo tem como objetivo compreender como as desigualdades invisibilizadas no empreendedorismo se constituem a partir da lente interseccional, analisando as possibilidades de existência de mulheres negras brasileiras em empreendimentos dominados por homens.

Para responder ao objetivo da pesquisa, foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas com mulheres negras brasileiras que possuem empreendimentos em setores dominados por homens. Os dados foram analisados por meio da Análise do Discurso Foucaultiana (ADF). Os resultados demonstraram que, considerando o contexto brasileiro e as mulheres negras empreendedoras, faz-se necessário compreender como suas identidades são influenciadas por aspectos interseccionais, tais como gênero, classe e sexualidade. As invisibilidades tendem a apresentar as mulheres negras empreendedoras como o “outro dos outros”, tendo seu sucesso ou fracasso mensurado por sua raça, gênero, classe e, em alguns casos, sexualidade. Assim, este estudo apresenta três principais contribuições para as literaturas de gênero, empreendedorismo e teoria *queer*.

Em primeiro lugar, este estudo contribui em termos teóricos para a literatura sobre desigualdades de gênero e empreendedorismo ao avançar a compreensão dos regimes de desigualdade a partir de uma perspectiva interseccional situada no Sul Global (Pullen & Lewis, 2019). Ao articular gênero, raça e classe como marcadores sociais inseparáveis, a pesquisa responde aos recorrentes chamados para que os estudos organizacionais ultrapassem abordagens analíticas isoladas e universalizantes sobre desigualdade (Acker, 2006; Amis et al., 2018; Suddaby et al., 2018). Além disso, ao focar em mulheres negras brasileiras empreendedoras, o estudo desloca o debate do eixo normativo centrado no empreendedor homem, branco e do Norte Global, demonstrando como desigualdades são discursivamente produzidas e reproduzidas em contextos marcados pelo racismo estrutural e pelo sexismo. Ao fazê-lo, amplia trabalhos anteriores sobre interseccionalidade e empreendedorismo ao oferecer uma análise empiricamente rica e contextualizada das desigualdades invisibilizadas (Crenshaw, 1989, 2002; Romero & Valdez, 2016; Vale, 2014).

Em segundo lugar, o artigo apresenta avanços teóricos também ao integrar a teoria *queer* aos estudos sobre empreendedorismo não apenas como uma lente analítica complementar, mas como uma estratégia crítica para desestabilizar discursos normativos que definem quem pode legitimamente existir como empreendedor(a) (Cardoso, 2014; Santos & Neumeyer, 2021). Ao mobilizar a noção de *queering* no empreendedorismo, o estudo amplia debates anteriores que evidenciam as limitações das abordagens feministas tradicionais diante de identidades não normativas e múltiplas formas de marginalidade (Butler, 2004; Parker, 2016; Rumens et al., 2018; Souza, 2017). Dessa maneira, a pesquisa contribui para reposicionar o empreendedorismo como um espaço discursivo permeado por relações de poder, no qual identidades são continuamente normalizadas, hierarquizadas e simultaneamente contestadas, ampliando, assim, as compreensões teóricas sobre gênero, identidade e subjetividade em contextos organizacionais (Cohen, 2020).

Por fim, o estudo oferece uma terceira contribuição teórica ao conceituar a (re)construção identitária de mulheres negras empreendedoras como um processo dinâmico, relacional e não linear, moldado por práticas de resistência aos discursos hegemônicos neoliberais do empreendedorismo (Vallas & Schor, 2020). Ao demonstrar como essas mulheres ressignificam a linguagem, as práticas econômicas e as relações sociais em seus empreendimentos, a pesquisa dialoga com perspectivas críticas que problematizam a figura do “empreendedor de si” e a centralidade do mercado como único parâmetro de valor (McWhorter, 2012; Rumens, 2017). Assim, o artigo contribui teoricamente ao ampliar a noção de existência empreendedora, incorporando formas alternativas de agência, pertencimento e produção de sentido que permanecem amplamente invisibilizadas nas pesquisas tradicionais sobre empreendedorismo (Conde et al., 2023).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Interseccionalidade e desigualdade de gênero: marcadores sociais, atravessamentos discursivos e as consequências para o empreendedorismo

Embora seja inegável a contribuição dos movimentos feministas para a luta pela igualdade de gênero (Calás & Smircich, 2006), por muitos anos as reivindicações estavam associadas a um padrão de mulher (branca, de classe média, privilegiada), como se essas mulheres representassem todas indistintamente. Uma vez que os indivíduos são atravessados por discursos e que esses contribuem para se tornar sujeitos a partir de identidades específicas (gênero, raça, classe e sexualidade, por exemplo), o feminismo negro surge a partir dos movimentos sociais para fazer emergir o questionamento sobre a padronização da categoria mulher (Lorde, 1984), especificamente no que diz respeito à raça, demonstrando as diferenças entre o que significa ser uma mulher negra e ser uma mulher branca, em uma sociedade em que, para além do sexismo, também existe racismo.

O conceito de interseccionalidade foi inicialmente sistematizado pela feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw em 1989, por meio de um documento intitulado *“Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”* (Crenshaw, 1989). Nessa formulação, a interseccionalidade refere-se às maneiras pelas quais sistemas de racismo, patriarcado, opressão de classe e outras formas de discriminação operam simultaneamente, produzindo formas específicas e sobrepostas de desigualdade que não podem ser compreendidas por meio de análises de eixo único (Crenshaw, 2002). A contribuição de Crenshaw é fundamental ao demonstrar como gênero e raça são mutuamente constitutivos na produção das desigualdades sociais. Entretanto, sua abordagem também tem sido criticamente revisitada, especialmente em contextos fora do Norte Global, em razão de sua ênfase em estruturas jurídicas e de seu engajamento limitado com as dimensões coloniais e geopolíticas da opressão. Outra autora que merece atenção nas discussões relacionadas à interseccionalidade é Grada Kilomba. Em seu livro *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*, a autora demonstra como gênero, raça, classe e orientação sexual se interseccionam e operam nas práticas cotidianas, posicionando homens negros como o Outro racial e mulheres negras como Outridade, dentro de uma lógica que invisibiliza essas mulheres tanto nas identidades de gênero quanto raciais (Kilomba, 2020). Ao narrar as experiências de três mulheres negras, Kilomba (2020) ilustra como episódios cotidianos reforçam o racismo, o sexismo e a homofobia na sociedade alemã.

No contexto brasileiro, Akotirene (2018) desenvolve uma importante crítica às leituras hegemônicas da interseccionalidade, ao argumentar que essa não deve ser reduzida a uma narrativa de identidades marginalizadas, nem tratada como uma mera ferramenta analítica dissociada das relações históricas e estruturais de poder. Com base no pensamento feminista negro brasileiro, a autora reposiciona a interseccionalidade como um marco político e epistemológico enraizado nas experiências vividas por mulheres negras, enfatizando a raça como eixo central de organização em sociedades marcadas pela colonialidade e pelo racismo. Essa perspectiva dialoga com a noção de “amefricanidade” proposta por Lélia Gonzalez (1984), que destaca as especificidades geopolíticas e culturais das experiências negras nas Américas e questiona referenciais feministas eurocêtricos. Ao valorizar histórias locais, práticas cotidianas e formas situadas de resistência, o feminismo negro brasileiro evidencia tensões com abordagens universalizantes da interseccionalidade e reforça a necessidade de contextualizar as relações de gênero, raça e classe em formações sociais específicas (Cardoso, 2014).

Sueli Carneiro é uma das precursoras na reflexão sobre a condição da mulher negra no Brasil. Mesmo sem utilizar explicitamente o termo interseccionalidade, a autora propõe uma crítica à forma como o movimento feminista tem sido concebido, demonstrando que, em sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como as latino-americanas, o principal eixo articulador é o racismo e seus impactos sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero na sociedade (Carneiro, 2003). Tais reflexões convergem com os estudos de Zulfiqar e Prasad (2021), que, ao analisarem o caso de uma trabalhadora doméstica paquistanesa, examinaram como práticas educacionais voltadas para a administração e os estudos organizacionais podem ser mobilizadas para questionar e desestabilizar desigualdades sociais profundamente enraizadas, especialmente aquelas relacionadas aos privilégios de classe no Sul Global.

Para Acker (2006), a desigualdade nas organizações pode ser definida como disparidades sistemáticas entre os participantes no poder e controle sobre objetivos, recursos e resultados. A base da desigualdade nas organizações varia, embora os processos de classe, gênero e raça geralmente estejam presentes. Amis et al. (2018) demonstram que esses processos onde as desigualdades são ocultadas e até mesmo aceitas ocorrem de várias maneiras. Os argumentos tendem a não abordar como as desigualdades estão ligadas a gênero, raça e classe, são mantidas e, especialmente, como elas são aceitas na vida organizacional e cotidiana. No contexto empreendedor, Almeida et al. (2021) explicaram, a partir da perspectiva interseccional, a existência de estruturas de opressão em níveis micro e macro, especialmente considerando gênero, raça e classe.

No contexto empreendedor, Romero e Valdez (2016) consideram que estudos enraizados na interseccionalidade contribuem para o reconhecimento de que raça, classe e gênero estão diretamente relacionados às facilidades ou dificuldades de acessos no empreendedorismo. A abordagem interseccional aplicada aos estudos de empreendedorismo vai além do retrato unidimensional associado à perspectiva individual e ao sucesso financeiro, a partir da compreensão das múltiplas identidades e complexidades do que significa ser empreendedor (Imas et al., 2012). No Brasil, a visão interseccional do empreendedorismo tende a demonstrar a existência de estruturas de opressão nos níveis macro e micro social, especialmente no contexto de gênero, raça e classe (Almeida et al., 2021).

Woods et al. (2022) sugerem que as práticas empreendedoras são socialmente enraizadas e que até mesmo os conhecimentos e ensinamentos voltados ao empreendedorismo permanecem marcados por perspectivas colonizadas. Diante disso, os autores propõem um processo de desconstrução fundamentado em uma pedagogia crítica capaz de questionar os paradigmas ocidentais dominantes. Entretanto, quando se trata de gênero, Hennekam e Ladge (2023) demonstram que, por meio da performatividade, indivíduos que não seguem uma lógica linear ou que expressam o gênero de maneira não linear ou não normativa tendem a enfrentar maiores níveis de resistência, exclusão e marginalização no ambiente de trabalho.

O empreendedorismo realizado por mulheres negras e periféricas ainda é visto como condição de sobrevivência e inclusão social. Seus empreendimentos também são marcados pela lógica da falta de oportunidades de trabalho, o que leva à construção discursiva do empreendedorismo como única forma possível de existir nas organizações (Vale, 2014). Entretanto, para Knight (2016), ainda que em condições de adversidade, algumas mulheres podem resistir às desigualdades e invisibilidades de gênero que a normalização nas práticas empreendedoras apresenta. Essas possibilidades alternativas de existência podem ser compreendidas por meio do que McWhorter (2012) chama de *queering business*.

Queering a economia, queering business: compreensões alternativas de gênero e empreendedorismo por meio da teoria queer

De acordo com Alexander (2003), o uso do termo “teoria queer” foi utilizado pela primeira vez como uma provocação. Teresa de Lauretis utilizou a expressão como título de uma conferência de estudos *gays* e lésbicos em fevereiro de 1990, na Universidade da Califórnia. No contexto organizacional, um dos primeiros autores a utilizar a teoria *queer* foi Parker (2001), ao problematizar as influências da teoria *queer* nos processos de gestão. Para Rumens et al. (2018), *queer* é um termo polissêmico que pode ser utilizado como um substantivo (ao descrever alguém como *queer*); como um adjetivo (ao apresentar políticas *queer*); ou como um verbo (*queering* gênero, *queering* a gestão, *queering* empreendedorismo, por exemplo).

Miskolci (2009) explica que a teoria *queer* parte de uma “desconfiança” dos sujeitos sexuais como estáveis e se concentra em processos sociais classificatórios, hierárquicos, ou seja, em estratégias sociais que normalizam o comportamento. Trata-se de algo que possui um significado sempre aberto, incompleto ou não finalizado. Entretanto, conforme Souza (2017) explica, essa abertura e incompletude não se constitui de sua fraqueza, mas afirma sua força e capacidade de resistir ao normal. Tornar algo *queer*, então, permite uma forma de resistência ao normativo, oferecendo alternativas às normas, identidades consideradas estáveis e universais, regimes de normalização e senso comum (Alexander, 2003; Parker, 2016). Por meio da teoria *queer*, os aspectos identitários tais como a sexualidade são considerados social e culturalmente construídos, historicamente variáveis e com um aspecto político em detrimento de serem determinados biologicamente. Assim, identidade não é produto de uma escolha (Butler, 1990).

Adicionalmente, Cohen (2020) afirma que o foco da teoria queer não é apenas na construção cultural das identidades, mas na análise sob a qual o poder é atribuído assimetricamente dentro dessas categorias. O autor também destaca que as identidades são constantemente construídas e contidas por múltiplas práticas de categorização e regulação. No entanto, uma vez que constituem uma relação de forças que operam no discurso por meio do poder e da resistência, essas identidades tornam-se fluidas, heterogêneas e até paradoxais (Cohen, 2020). A teoria *queer* não procura substituir proposições e questionamentos, mas tornar o normal permanentemente aberto ao questionamento e à contestação (Epstein, 2002). Para a teoria *queer*, o discurso age de forma normativa, moldando fronteiras e construindo identidades e hierarquias entre as próprias categorias identitárias (Souza, 2017).

McWhorter (2012) sugere que *queering business* pode se tornar possível a partir de três perspectivas. A primeira é a ressignificação da linguagem, ao adotar termos e expressões que diferem da linguagem “comum” utilizada no empreendedorismo, que tende a fugir da visão do empreendedorismo como atividade econômica. Isso influencia a posição marginal que a teoria

queer provoca nos negócios e na gestão, bem como as rupturas com o normativo (Butler, 2004; Rumens, 2017). A segunda perspectiva proposta por McWhorter (2012) sobre *queering business* se refere aos desejos e prazeres não baseados no mercado e no valor de mercado. Isso significa que apesar de não haver um plano para tornar *queer* as economias e a gestão, Rumens (2017) considera a necessidade de pensar caminhos que permitam a ruptura das designações e oposições existentes relacionadas a gênero, raça, classe e sexualidade.

A terceira perspectiva sobre *queering business* sugerida por McWhorter (2012) diz respeito à auto-compreensão sobre as próprias ações das mulheres negras empreendedoras brasileiras, relacionadas ao seu dia a dia no empreendedorismo e na relação com os outros. Essas compreensões alternativas podem ressignificar as relações empreendedoras, por meio da forma como as empreendedoras negras brasileiras se posicionam no contexto empreendedor.

Considerando o contexto brasileiro, Grossi (2004) explica que as identidades não se constituem de atributos fixos dos sujeitos, mas posições que se tornam inteligíveis — ou não — em contextos sociais específicos. Essa compreensão possibilita analisar as identidades não apenas como formas de autodefinição, mas como experiências que se manifestam sob determinadas condições de reconhecimento e normatividade. Bento (2011), por sua vez, argumenta que o reconhecimento das identidades nas organizações está condicionado à conformidade com expectativas normativas, especialmente aquelas relacionadas a gênero e sexualidade. Assim, mesmo quando as identidades se manifestam, elas o fazem por meio de constantes processos de negociação e dentro dos limites impostos pelos enquadramentos normativos (Bento, 2011).

O empreendedorismo se constitui em um tipo de atividade ocupacional que se enquadra nas identidades de trabalhadores autônomos (Conde et al., 2023). Trata-se de uma forma de trabalho característica da contemporaneidade, marcada pela precarização das relações laborais e sustentada por discursos sobre o que significa ser um profissional autônomo bem-sucedido (Vallas & Schor, 2020). Desde o início de suas agendas de pesquisa, na década de 1980, o empreendedorismo tem sido descrito como um campo em constante transformação, evolução e amadurecimento (Marlow & Dy, 2018). Com foco na individualidade, na eficácia e na realização pessoal, o empreendedorismo ocupa uma posição central nos discursos políticos e socioeconômicos, sendo frequentemente apresentado como a melhor solução para uma ampla gama de desafios globais (Mole & Ram, 2011). Apesar dos avanços na compreensão do fenômeno empreendedor, incorporando, por exemplo, dimensões econômicas e sociais (Oliveira et al., 2018), uma característica permanece: a existência de barreiras invisíveis enfrentadas por mulheres empreendedoras (Santos & Neumeyer, 2021).

METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo compreender como as desigualdades invisibilizadas no empreendedorismo se constituem a partir da lente interseccional, analisando as possibilidades de existência de mulheres negras brasileiras em empreendimentos dominados por homens. Para responder à questão da pesquisa, foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória, envolvendo 14 mulheres negras empreendedoras brasileiras na região Sudeste do Brasil (Tabela 1). Todas as mulheres são integrantes de um Instituto fundado em 2015, na cidade de Vitória, Espírito Santo, localizado na região Sudeste do Brasil. Trata-se de um laboratório de inovação e tecnologia social, formado por corpos pretos, periféricos e movimentos pluriversais de olhares e soluções transformadores que são trabalhados em duas frentes: Escritório de Projetos e Projetos Institucionais (Carneiro & Gomes, 2018).

Brown (2021) compara o processo de condução de pesquisas qualitativas a fazer cerâmica; ou seja, os resultados da pesquisa dependem não apenas do uso adequado de técnicas metodológicas, mas também da interação entre as sensibilidades do pesquisador e dos participantes. Essa interação favorece a autorreflexão e possibilita avaliar a possibilidade de romper com restrições normativas previamente estabelecidas e com as ideologias construídas a partir dessas normas (Bell & Willmott, 2020).

Os convites foram realizados para empreendedoras que de alguma forma tenham se envolvido em iniciativas do Instituto, desde que atendidos os critérios relacionados ao tipo de empreendimento que possuem. Foi critério de definição que a participante empreendesse ou tivesse negócios em atividades tradicionalmente exercidas por homens, tais como segmentos de construção civil, finanças, tecnologias, ou empreendimentos tais como barbearias, oficinas mecânicas, para citar alguns. Importante ressaltar, também, a necessidade de que as empresas das entrevistadas tivessem, no mínimo, um ano de atuação, em função de maior riqueza de relatos sobre barreiras, experiências e a concepção e administração do próprio negócio.

Vinte e duas participantes foram identificadas como mulheres empreendedoras que possuem empreendimentos em segmentos de mercado dominados por homens e convidadas a participar da pesquisa. Dessas, 14 aceitaram participar da pesquisa, três recusaram e as demais não responderam ou não conseguiram adequar suas agendas à participação. O contato com as participantes foi feito por meio de mensagens via aplicativo de celular e mensagens via direct da rede social Instagram. As entrevistas foram realizadas por telefone ou videoconferência e gravadas com autorização prévia das participantes. Posteriormente, as entrevistas foram tratadas com o auxílio do *software* qualitativo de análise de dados MAXQDA. O uso do MAXQDA não gerou as categorias discursivas ou os códigos conceituais apresentados na análise, uma vez que o *software* foi utilizado como ferramenta de apoio para a organização e o agrupamento dos trechos, de acordo com categorias e códigos analiticamente construídos e atribuídos manualmente pela pesquisadora.

As entrevistas foram realizadas no período de setembro a novembro de 2021. Foram gravadas digitalmente e transcritas integralmente. Cada participante foi entrevistada individualmente, adotando-se uma abordagem exploratória. As perguntas da entrevista foram amplas e abertas, com ênfase em permitir que as participantes conduzissem a discussão para temas e caminhos de seu interesse. É importante destacar que as participantes são apresentadas neste artigo sob pseudônimos, de modo a preservar seu anonimato. Também é válido ressaltar que as dificuldades de acesso às participantes e de realização das entrevistas refletem os achados de Wenham et al. (2020), que discutem os impactos negativos da COVID-19 sobre as mulheres, especialmente a intensificação do desequilíbrio entre trabalho e vida pessoal e o aumento das responsabilidades domésticas. Essa situação afetou tanto as participantes da pesquisa quanto a própria pesquisadora durante a condução do estudo.

As entrevistas resultaram em um documento final com 156 páginas de transcrições, totalizando 11 horas, 46 minutos e 56 segundos de gravação. É importante destacar que todas as entrevistadas receberam e assinaram, em duas vias, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo todas as informações relativas aos objetivos da pesquisa, aos possíveis riscos envolvidos e aos critérios para participação no estudo. Após a etapa de transcrição, todas as participantes receberam uma cópia de sua respectiva entrevista e autorizaram sua utilização para fins acadêmicos, desde que suas identidades fossem preservadas. Adicionalmente, outros critérios éticos foram adotados, incluindo o registro da pesquisa e sua aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A Tabela 1 apresenta as características descritivas das participantes e de seus respectivos empreendimentos.

Tabela 1
Características descritivas das participantes e de seus empreendimentos

Nome ^a	Gênero/Raça	Orientação Sexual	Idade	Ramo no Empreendedorismo	Tempo de Empreendedorismo (A)
Alzira	Mulher negra	Heterossexual	33	Oficina Mecânica	14
Ana Maria	Mulher negra	Heterossexual	30	Educação e Tecnologia	4
Carolina	Mulher negra	Heterossexual	49	Educação e Tecnologia	5
Cidinha	Mulher negra	Lésbica	40	Vinhos e bebidas finas	4
Cristina	Mulher negra	Heterossexual	20	Bodypiercing	3
Conceição	Mulher negra	Lésbica	30	Hamburgueria Gourmet	3
Elizandra	Mulher negra	Lésbica	21	Design e venda de camisetas periféricas	6
Esmeralda	Mulher negra	Lésbica	29	Design e venda de camisetas periféricas	6
Geni	Mulher negra	Heterossexual	31	Finanças	2
Jardi	Mulher negra	Heterossexual	36	Ecoquímica	7
Sônia	Mulher indígena	Lésbica	18	Barbearia	2
Lia	Mulher negra	Lésbica	40	Construção Civil	7
Lélia	Mulher negra	Heterossexual	28	Finanças	3
Mel	Mulher negra	Heterossexual	30	DJ	10

^a Os pseudônimos escolhidos são referências a mulheres negras que contribuíram com a literatura brasileira.
Fonte: Elaborada pela autora.

Após a transcrição e processo de codificação, as entrevistas foram analisadas por meio da Análise do Discurso Foucaultiana (ADF). Embora o debate sobre se a obra de Foucault se constitui de um ‘método’ de análise de dados (Cheek, 2008), foram implementadas algumas técnicas de análise do discurso com base em aproximações do trabalho de Foucault. A análise dos dados foi realizada por meio de um processo iterativo de anotação, codificação, leitura e releitura dos dados em busca de traços e fragmentos de discurso que considerem desigualdades de gênero, interseccionalidades, invisibilidades e possibilidades alternativas de existência de mulheres negras empreendedoras brasileiras. Assim, emergiu como dimensão de análise o tema “Identidades”, analisado a partir da identificação dos discursos presentes nos relatos das participantes sobre suas identidades enquanto mulheres negras e empreendedoras em setores dominados por homens (Tabela 2).

Tabela 2
Dimensão de análise e categorias discursivas identificadas.

Dimensão	Categoria discursiva	Códigos
Identidades	Mulheres negras empreendedoras e interseccionalidade	Coragem Sucesso Interseccionalidade Raça Outridade
	<i>Queering</i> empreendedorismo: a (re)construção identitária da mulher negra a partir de seus empreendimentos	Feminismo Rearticulação Ruptura Heteronormatividade

Fonte: Elaborada pela autora.

Embora não exista um modelo padronizado ou manual para a Análise do Discurso Foucaultiana, Parker (2014) propõe dez critérios básicos a serem considerados na identificação e análise dos discursos, os quais não precisam necessariamente ser seguidos em uma ordem específica. O autor apresenta esses critérios com base na definição de discurso como um sistema de enunciados que constitui um objeto. Adicionalmente, conforme explica Epstein (2002), mesmo quando a categoria “mulher” é utilizada em pesquisas, não se pode pressupor que uma mulher lésbica compartilhe das mesmas experiências ou mesmo de interesses relacionados ao gênero semelhantes aos de uma mulher heterossexual. O mesmo raciocínio aplica-se à raça: mulheres brancas e mulheres negras possuem experiências vividas distintas, e tais categorias não devem ser generalizadas. Nogueira (2001) complementa essa perspectiva ao afirmar que cada discurso confere a um objeto uma natureza diferente daquela que outro discurso lhe atribuiria; ou seja, cada discurso reivindica para si o estatuto de ser considerado a “verdade”.

Os critérios e suas etapas orientadoras, conforme Parker (2014, p. 1-14, tradução da autora), são apresentados no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1
Critérios para a Análise do Discurso com inspiração em Foucault

Critério 1: Um discurso se manifesta por meio de textos.

- Passo 1: Tratar os objetos de estudo como textos da forma como estão descritos, colocados em palavras; e
- Passo 2: Explorar conotações por meio de associações livres, se possível com outras pessoas.

Critério 2: Um discurso é sobre objetos.

- Passo 3: Questionar quais objetos se referem ao quê e descrevê-los (tartarugas, doenças, fantasmas, etc); e
- Passo 4: Falar sobre as falas como se fossem um objeto, um discurso.

Critério 3: Um discurso contém sujeitos.

- Passo 5: Especificar sobre quem está se falando por meio dos discursos, alguns deles podendo ser identificados como objetos (tartarugas, doutoras, mães, benfeitoras); e
- Passo 6: Especular sobre o que pode ser dito.

Critério 4: Um discurso é um conjunto coerente de significados.

- Passo 7: Mapear uma imagem do mundo representado por este discurso; e
- Passo 8: Compreender como um texto, usando este discurso, lidaria contra ataques ou objeções.

(Continua)

Critério 5: Um discurso se refere a outros discursos.

Passo 9: Identificar contrastes nas formas de falar e os diferentes objetos que são constituídos.

Passo 10: Identificar pontos de sobreposição, onde eles se constituem o que aparenta serem os mesmos objetos, mas de formas diferentes.

Critério 6: Um discurso reflete a sua própria maneira de falar.

Passo 11: Referir-se a outros textos para elaborar o discurso quando ele circula, em alguns casos, de forma implícita, e se endereça para audiências distintas.

Passo 12: Escolher rótulos ou designações das formas de falar; escolha dos discursos, considerando critérios morais e políticos do analista.

Critério 7: Um discurso é historicamente localizado.

Passo 13: Identificar como e onde os discursos emergiram; e

Passo 14: Descrever como os discursos mudaram e contaram uma história, geralmente sobre como se referem a algo que sempre esteve presente e pronto para ser “descoberto”.

Critério 8: Discursos dão suporte às instituições.

Passo 15: Identificar instituições que são reforçadas quando determinado discurso circula; e

Passo 16: Identificar instituições que são atacadas ou subvertidas quando esses discursos circulam.

Critério 9: Discursos reproduzem relações de poder.

Passo 17: Identificar ganhos e perdas em função do emprego dos discursos.

Passo 18: Questionar quem promoverá e quem se oporá aos discursos.

Critério 10: Discursos possuem efeitos ideológicos.

Passo 19: Demonstrar como um discurso se conecta a outros discursos que sancionam a opressão.

Passo 20: Demonstrar como os discursos permitem as narrativas dos grupos dominantes sobre o passado, para justificar o presente.

Fonte: Elaborada pela autora.

Após a apresentação dos procedimentos metodológicos, bem como da dimensão analítica e das categorias identificadas, a seção seguinte apresenta os resultados e as discussões decorrentes desse processo.

RESULTADOS

Nesta seção, são apresentadas as duas categorias discursivas que emergiram e contribuíram para explicar o objetivo deste artigo. A primeira considera a interseccionalidade como fundamental para a compreensão das desigualdades e invisibilidades de gênero enfrentadas por mulheres negras empreendedoras brasileiras quem atuam em empreendimentos dominados por homens. A segunda categoria diz respeito ao uso do termo *queer* como verbo, ação, *queering* empreendedorismo. Assumindo que o discurso possui uma série de elementos que operam no interior dos mecanismos gerais de poder (Foucault, 1996) e que discursivamente os sujeitos são vistos como em constante construção, os resultados demonstraram que raça e classe interseccionam a gênero e influenciam nas posições assumidas pelas mulheres empreendedoras nos discursos que circulam sobre empreendedorismo.

“A empreendedora que sou”: articulando raça, classe e sexualidade ao contexto de gênero

A grande maioria das mulheres empreendedoras entrevistadas atua em ramos diferentes. Não se conhecem, mas se conectam a partir de suas experiências e suas falas sobre como são vistas dentro do empreendedorismo. O homem empreendedor segue sendo o profissional de sucesso, *self-made man*, e a mulher empreendedora a profissional que empreende para sobreviver, mesmo que seu empreendimento seja bem-sucedido. Conforme afirma Butler (2004), uma vez que para se tornarem sujeitos de gênero, os indivíduos precisam se encaixar em categorias identitárias de gênero, neste caso, o que significa ser um homem ou uma mulher, os discursos sobre homens empreendedores e mulheres empreendedoras existentes nos relatos das participantes tendem a reforçar a lógica heteronormativa de gênero e as relações de poder existentes no empreendedorismo (Foucault, 1995).

Os resultados demonstram que o homem empreendedor continua sendo representado como o profissional bem-sucedido, o *self-made man*, enquanto a mulher empreendedora é frequentemente vista como uma profissional com poucas competências, que empreende para sobreviver, mesmo quando seu negócio alcança sucesso. Entretanto, no contexto brasileiro, aspectos interseccionais constituem marcadores sociais fundamentais para compreender as desigualdades de gênero e as invisibilidades enfrentadas por mulheres negras empreendedoras. O homem reconhecido como empreendedor de sucesso é branco, enquanto a mulher branca ainda é posicionada como o Outro (Bruni et al., 2004). Embora o homem negro empreendedor também seja situado na posição de Outro, as mulheres negras empreendedoras ocupam aquilo que Kilomba (2020) denomina espaço vazio ou terceiro espaço. Trata-se de um espaço que sobrepõe as margens da raça e do gênero, constituindo narrativas separadas entre pessoas negras e mulheres. Essa separação, segundo Kilomba (2020), contribui para a invisibilização das mulheres negras, que deixam de ser consideradas apenas como o Outro e passam a integrar um processo de Outridade, uma vez que são vistas como a antítese tanto da branquitude quanto da masculinidade. Como afirma Ana Maria:

Eu acho que o homem empreendedor é visto como um...ah...ele tem força, ele tem garra, ele vai conseguir. E a mulher já é mais menosprezada neste aspecto. Acho que a questão do gênero pesa muito mais, porque o homem ainda é visto como o empreendedor de sucesso, empresário. Mas o homem branco, porque se esse empreendedor for preto, aí existem várias outras dificuldades. O empreendedor branco é visto como o *creator*. E existe muita gente fazendo isso na periferia há muitos anos e que não é visto dessa forma (Ana Maria, Discurso 22).

Akotirene (2018) considera que a interseccionalidade permite às feministas uma compreensão da fluidez das identidades vistas como subalternas e consequentemente impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e de raça às opressões. Esse lugar de subalternidade se reflete também no empreendedorismo, em que a construção social admite ou não que mulheres negras atuem em determinados segmentos, como por exemplo, no mercado de vinhos e bebidas finas, na área de finanças ou na área de tecnologia, segmentos considerados mais masculinizados e em alguns casos, elitizados. O relato de Cidinha reforça o que Carneiro (2003) salienta sobre como a raça se constitui de principal eixo articulador e seus impactos sobre como as relações de gênero determinam sua própria hierarquia na sociedade.

[...] quem vende vinho, quem fala de vinho, é o branco, homem, burguês. A gente tem essa questão da Europa, então como é que uma pessoa do interior, preta, gay, vem da periferia e entende de vinho? Onde é que está essa relação? O nosso olhar social está muito ligado a isso, ao trabalho para entender. Eu sou uma mulher negra, vim da periferia, sou gay e trabalho com vinho. Muitas vezes dentro do meu círculo de negócios as pessoas já me olham e elas entendem tudo, menos que eu trabalho com vinho. Porque por concepção física, eu não tenho atributos que me legitimem como uma pessoa que vende vinho (Cidinha, Discurso 33).

O exemplo de Cidinha demonstra também a necessidade de que ela seja constantemente “lida” nos seus círculos de relacionamento. Por ser mulher, a sociedade tem dificuldades de enxergá-la como empreendedora no ramo de vinhos e bebidas finas. Por ser mulher, a construção social também tem dificuldades de enxergá-la como uma empreendedora que não empreende na lógica da sobrevivência. Assim, no contexto empreendedor, mais do que ser o Outro, a mulher negra sofre dupla exclusão (Kilomba, 2020). Conforme argumenta Kilomba (2020), a exclusão de gênero ocorre porque enquanto a mulher branca é posicionada como o Outro, a mulher negra é invisibilizada nas discussões acadêmicas e de mercado. E a exclusão de raça ocorre porque sendo o homem branco o Outro, a mulher negra é novamente invisibilizada, uma vez que o Outro racial é o homem negro (Ozkazanc-Pan, 2014).

Conforme explica Butler (1990), a repetição constante das normas produz um efeito de uniformidade, definindo o que é considerado masculinidade e feminilidade. Para se tornarem sujeitos inteligíveis no contexto empreendedor, mulheres empreendedoras que atuam em espaços dominados por homens tendem a ter sua feminilidade e sua orientação sexual constantemente questionadas. Esse processo contribui para a construção de estereótipos e, mais uma vez, reforça a associação de que mulheres empreendedoras precisam possuir características masculinas ou associadas à masculinidade para serem consideradas legítimas em seus empreendimentos. Geni vivencia esse processo de reprodução identitária de forma recorrente, uma vez que sua sexualidade é constantemente colocada em questão em razão de sua atuação no setor financeiro:

O dinheiro, ele tem culturalmente uma doutrina mais religiosa, católica, como algo impuro, como algo sujo, ter ambição é um pecado. Lidar com o dinheiro, falar com o dinheiro, não é coisa para mulher, mulher não sabe administrar, são crenças limitantes de uma sociedade machista, que vem através de várias gerações. E quando você vê uma mulher falando não só sobre dinheiro, sobre a situação econômica do nosso país, sobre esses assuntos ligados à economia, principalmente nas áreas periféricas, ainda é assustador. Você ainda é vista como a gananciosa, gosta de dinheiro, tem muita ambição. Como se você fosse uma pessoa fria, sabe. Bem diferente do restante. Porque assim, eu sou do gênero feminino, mas eu sou da orientação sexual de uma mulher cis hetero, porque também tem o recorte de que quando o gênero feminino fala desses assuntos que são considerados masculinos ela é homoafetiva. E aí tem também essa barreira de as pessoas sempre te olharem e questionarem se você é homoafetiva ou não, porque você gosta desses assuntos, sabe (Geni, Discurso 64).

Apesar de ser fundamental compreender a identidade da mulher empreendedora a partir de suas interseccionalidades de raça e classe no contexto brasileiro, a heteronormatividade de gênero e de raça segue sendo reproduzida nos discursos que circulam sobre o empreendedorismo. Entretanto, foi possível identificar também esforços iniciais para romper com a lógica heteronormativa de gênero e de raça, a partir das ressignificações da mulher empreendedora negra em mercados dominados pelo masculino e por homens. Esses esforços são apresentados por meio do conceito de *queering* empreendedorismo.

Queering empreendedorismo: a (re)construção identitária da mulher empreendedora negra a partir de seus empreendimentos

Ao considerar as visibilidades e possibilidades alternativas de existência de mulheres negras empreendedoras brasileiras em segmentos dominados pelo masculino, este artigo se utiliza dos estudos de Rumens (2017) sobre *queering* a economia e nas perspectivas de McWhorter (2012) relacionadas a *queering business*, em que os autores consideram que mais do que tornar *queer* uma identidade normalizada, é necessário tornar o neoliberalismo *queer*, neste caso, a compreensão da sociedade sobre o que significa empreendedorismo. Essas possibilidades emergiram a partir de três aspectos: 1) pela ressignificação da linguagem; 2) pelos desejos e prazeres não baseados no mercado e no valor de mercado; e 3) pela autocompreensão das ações do dia a dia relacionadas ao empreendedorismo e à relação das empreendedoras com os outros.

Mel é empreendedora no ramo musical e atua como DJ há mais de dez anos. Faz questão de reforçar que atua no empreendedorismo, pois segundo ela mesma relata, “as pessoas até hoje têm dificuldade de saber o que eu faço”. Esse constante estranhamento ocorre porque Mel não se utiliza de expressões tradicionais para se referir como uma empreendedora, tais como dizer que tem um próprio negócio, falar de seus investimentos ou considerar seu tipo de atividade como um produto ou serviço que precisa efetivamente dar lucro. Entre as dificuldades que enfrenta, está o estranhamento por parte dos especialistas em negócios sobre o tipo de atividade que exerce no empreendedorismo:

E aí quando você vai explicar o seu negócio para um especialista, ele vai colocar você em uma caixinha. Então eu acho que o diferencial no empreendedorismo de cultura é a comunicação. A gente consegue empreender, falar de negócios, fazer negócios, vender, mas não necessariamente usando esse termo técnico esse tempo inteiro. Eu não preciso ficar esse tempo todo verbalizando que eu tenho um concorrente, entende? Porque a gente tem os nossos concorrentes, mas aí a vida do empreendedor é ficar o tempo inteiro achando formas de conseguir vender, formas de obter lucro, formas de conseguir manter a empresa dele e aí vai, vai, vai e não respira (Mel, Discurso 52).

Quando Mel afirma que não vê necessidade de falar sobre negócios o tempo todo, ela deixa de se descrever como um investimento e passa a se perceber de uma maneira alternativa no contexto empreendedor. Essa nova construção identitária, por meio da ressignificação da linguagem, provoca estranhamento naqueles que compreendem o empreendedorismo a partir da lógica da competitividade, uma vez que não reconhecem o uso de termos e expressões considerados “comuns” ao empreendedorismo enquanto atividade econômica. Entretanto, mesmo nos relatos de Mel, é possível identificar a lógica heteronormativa de gênero (Butler, 2004), já que o especialista, a referência profissional no empreendedorismo, continua sendo representado como um homem.

Os desejos e prazeres não baseados no mercado e no valor de mercado, o segundo aspecto relacionado ao *queering* empreendedorismo, é apresentado na fala de Sonia, ao falar sobre seu tipo de empreendimento como uma dona de barbearia:

Eu tenho um grupo de mulheres empreendedoras no WhatsApp e eu vejo que as formações, as trocas que a gente tem, tudo isso meio que ajuda e contribui para ressignificar o empreendedorismo para a mulher que está nessa rede. Eu vejo muitas clientes que reclamam que onde cortavam o cabelo eram umas conversas chatas, sempre tem, em barbearia de homem, sempre tem essas conversinhas. Elas não se sentiam confortáveis. Então pensei em trazer esse ambiente confortável para outras mulheres também, cortar o cabelo com outra mulher, que vai entender e que vai te tratar com respeito (Sonia, Discurso 39).

Para McWhorter (2012), para resistir às tecnologias disciplinadoras, é necessário desafiar a redução neoliberal que posiciona os indivíduos como “empreendedores de si mesmos”. O terceiro aspecto relacionado à reconstrução da identidade da mulher negra empreendedora diz respeito à autocompreensão sobre a abordagem das próprias ações no dia a dia empreendedor e sobre como essas mulheres convivem com relação aos outros. Os relatos de Geni contribuem para demonstrar como suas atividades diárias ressignificam as relações empreendedoras no dia a dia, por meio da maneira como ela se percebe no contexto empreendedor.

As pessoas acham que para falar de dinheiro a gente precisa ter nascido em berço de ouro. Muito pelo contrário. Se a gente que nasceu sem berço nenhum, dormindo na caminha junto com o papai e com a mamãe, é aí mesmo que a gente precisa falar, ler, aprender a lidar com o dinheiro. Porque a gente só vai transformar as nossas vidas a partir do momento em que a gente entender que ele é sim um ato político, é também um ato de desenvolvimento, é uma autorresponsabilidade lidar com ele e ir buscando cada vez mais os seus sonhos através dele (Geni, Discurso 72).

Os discursos sobre o empreendedorismo presentes na entrevista de Geni demonstram uma possibilidade de reconstrução da identidade empreendedora por meio da ressignificação da raça e da classe. Conforme ressalta Miskolci (2009), uma vez que a teoria *queer* parte de uma desconfiança com relação aos sujeitos estáveis e foca nas estratégias sociais normalizadoras do comportamento, Geni reforça o quanto ser uma mulher negra e periférica atuando no setor financeiro é um diferencial.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo tem como objetivo compreender como as desigualdades invisibilizadas no empreendedorismo se constituem a partir da lente interseccional, analisando as possibilidades de existência de mulheres negras brasileiras em empreendimentos dominados por homens. Com base na Análise do Discurso Foucaultiana, os achados revelam que a identidade empreendedora não constitui uma conquista estável ou linear, mas um processo contínuo de negociação entre normalização, resistência e ressignificação. Os resultados reforçam que o empreendedorismo continua sendo governado por discursos profundamente normalizados que privilegiam a figura do homem branco, masculino, autônomo e economicamente racional, representado pelo ideal do *self-made man* (Bruni et al., 2004; Vallas & Schor, 2020). Nesse sentido, o empreendedorismo opera como um regime de desigualdade (Acker, 2006), reproduzindo hierarquias de gênero, raça e classe que definem quem é reconhecido como um sujeito empreendedor legítimo.

Para as mulheres negras brasileiras, o empreendedorismo é discursivamente construído menos como um espaço de oportunidades e mais como uma estratégia de sobrevivência, reforçando aquilo que Vale (2014) descreve como empreendedorismo por necessidade. Esse discurso normalizador invisibiliza as restrições estruturais e desloca a responsabilidade para os indivíduos, mascarando o racismo e o sexismo sob os ideais da meritocracia (McWhorter, 2012; Pulido, 2017). Dessa forma, os achados contribuem para uma leitura crítica do discurso empreendedor ao demonstrar que as noções de “escolha” e “autonomia” são distribuídas de maneira desigual, especialmente no contexto do Sul Global.

Ao dialogar com abordagens do empreendedorismo centradas na identidade (Conde et al., 2023; Imas et al., 2012), este estudo demonstra que a identidade empreendedora de mulheres negras brasileiras não é apenas performada, mas continuamente contestada. Diferentemente dos modelos hegemônicos, que pressupõem coerência e autenticidade como estados finais alcançáveis, os resultados convergem com a concepção de Butler (1990, 2004) de identidade como algo performativo,

instável e regulado por normas. De forma similar à dinâmica de tensão entre autenticidade e aceitação discutida por Hennekam e Ladge (2023), os resultados deste estudo demonstram que mulheres negras empreendedoras vivenciam uma negociação constante entre visibilidade e inteligibilidade. Contudo, essa negociação é intensificada pelos marcadores de raça e classe, produzindo aquilo que Kilomba (2020) conceitua como um terceiro espaço de Outridade, no qual mulheres negras são simultaneamente hipervisibilizadas e invisibilizadas. Dessa forma, o estudo avança a teoria da identidade empreendedora ao evidenciar a interseccionalidade como um elemento constitutivo — e não meramente aditivo — da identidade ocupacional.

Com base na teoria *queer* (Butler, 1990; Cohen, 2020; Miskolci, 2009) e na noção de *queering business* proposta por McWhorter (2012), os achados revelam que mulheres negras brasileiras resistem aos processos de normalização por meio de três práticas interconectadas: a resignificação da linguagem empreendedora, o deslocamento dos valores centrados no mercado e a reconfiguração das práticas relacionais. Essas práticas não apenas tensionam normas relacionadas ao gênero ou à sexualidade; elas também subvertem a própria subjetividade empreendedora neoliberal. Ao recusarem a competitividade, a maximização do lucro e o individualismo como únicos marcadores de sucesso, as participantes desestabilizam as lógicas dominantes do empreendedorismo (Rumens, 2017). Ao fazê-lo, ampliam as fronteiras do que pode ser reconhecido como empreendedorismo, em consonância com os chamados para repensar o fenômeno para além de perspectivas economicistas e centradas no Norte Global (Mole & Ram, 2017; Woods et al., 2022).

Os achados reforçam a interseccionalidade como um referencial analítico necessário para a compreensão das desigualdades de gênero no empreendedorismo (Akotirene, 2018; Crenshaw, 1989, 2002). Em consonância com de Almeida et al. (2021) e Romero e Valdez (2016), o estudo demonstra que mulheres negras empreendedoras enfrentam barreiras sobrepostas que as posicionam não apenas como “outras”, mas como sujeitos estruturalmente ininteligíveis no discurso empreendedor. Essa constatação reforça o argumento de Carneiro (2003) de que o racismo opera como um eixo central de organização das relações de gênero no Brasil, redefinindo as próprias hierarquias presentes no campo do empreendedorismo.

Por fim, este estudo contribui para os debates sobre identidades no Sul Global, ao questionar pressupostos epistemológicos incorporados à pesquisa dominante sobre empreendedorismo. Ao colocar no centro da análise as narrativas de mulheres negras brasileiras, os achados evidenciam como o conhecimento sobre empreendedorismo permanece colonizado e enraizado em normas eurocêntricas (Cardoso, 2014; Ozkazanc-Pan, 2014). O estudo converge com os chamados para a pluralização do conhecimento organizacional (Pullen & Lewis, 2019) e demonstra que as identidades empreendedoras no Sul Global são moldadas por desigualdades históricas, legados coloniais e formas localizadas de resistência. Tais identidades não podem ser plenamente compreendidas por meio de referenciais teóricos desenvolvidos no Norte Global e para o Norte Global.

Implicações para a Teoria

Este estudo oferece três contribuições teóricas para as literaturas de empreendedorismo, gênero e identidades nas organizações. Em primeiro lugar, avança as pesquisas sobre desigualdades de gênero no empreendedorismo, ao aprofundar a compreensão dos regimes de desigualdade por meio de uma perspectiva interseccional e situada no Sul Global. Ao posicionar gênero, raça e classe como categorias mutuamente constitutivas, e não como dimensões analiticamente separáveis, o estudo responde aos recorrentes chamados para que as pesquisas organizacionais ultrapassem abordagens reducionistas e universalizantes da desigualdade (Acker, 2006; Amis et al., 2018; Suddaby et al., 2018). Ao colocar no centro da análise as experiências de mulheres negras brasileiras empreendedoras, a pesquisa desloca o foco epistemológico dominante do sujeito empreendedor branco, masculino e oriundo do Norte Global, revelando como as desigualdades no empreendedorismo são discursivamente construídas e sustentadas em contextos marcados pelo racismo estrutural e pelo sexismo (Akotirene, 2018). Ao fazê-lo, o estudo amplia a literatura sobre empreendedorismo interseccional ao oferecer uma compreensão situada e fundamentada de desigualdades que são rotineiramente invisibilizadas na produção acadêmica dominante (Romero & Valdez, 2016; Vale, 2014).

Em segundo lugar, o artigo contribui teoricamente ao incorporar a teoria *queer* aos estudos sobre empreendedorismo não apenas como um referencial interpretativo adicional, mas como uma intervenção crítica capaz de desestabilizar pressupostos normativos sobre a legitimidade empreendedora. Por meio do conceito de *queering* empreendedorismo, o estudo dialoga e amplia críticas às abordagens feministas tradicionais, que frequentemente apresentam dificuldades para compreender identidades não normativas e formas interseccionadas de marginalização (Butler, 2004; Parker, 2016; Rumens et al., 2018; Souza, 2017). Ao enfatizar o empreendedorismo como uma arena discursiva estruturada por relações de poder, os achados evidenciam como as identidades são continuamente reguladas, hierarquizadas e contestadas, enriquecendo, assim, as compreensões teóricas sobre gênero, identidade e subjetividade em contextos organizacionais e empreendedores (Cohen, 2020).

Em terceiro lugar, esta pesquisa contribui em termos teóricos ao conceituar a (re)construção das identidades de mulheres negras empreendedoras como um processo dinâmico, relacional e não linear, moldado por práticas cotidianas de resistência aos discursos hegemônicos neoliberais do empreendedorismo (Vallas & Schor, 2020). Os achados demonstram como as participantes ressignificam ativamente a linguagem empreendedora, as racionalidades econômicas e as relações sociais em seus empreendimentos, desafiando representações dominantes do “empreendedor de si” e a primazia do valor orientado pelo mercado (McWhorter, 2012; Rumens, 2017). Ao fazê-lo, o estudo amplia as concepções predominantes sobre a existência empreendedora, dando visibilidade a formas alternativas de agência, pertencimento e produção de sentido que permanecem marginalizadas na literatura dominante sobre empreendedorismo (Conde et al., 2023).

Implicações para a Prática

Do ponto de vista prático, os achados sugerem que políticas de empreendedorismo e programas de apoio precisam avançar para além de abordagens neutras em relação ao gênero ou centradas em um único eixo de análise. Iniciativas voltadas para mulheres empreendedoras devem considerar explicitamente as desigualdades de raça e classe, bem como reconhecer lógicas empreendedoras alternativas que priorizem a comunidade, o cuidado e o valor relacional. As instituições de ensino e os ecossistemas de empreendedorismo também devem questionar os discursos normativos que reproduzem, incorporando pedagogias críticas que valorizem formas plurais de empreender (Woods et al., 2022). Apoiar mulheres negras empreendedoras requer não apenas ampliar o acesso a recursos, mas também legitimar diferentes maneiras de existir, trabalhar e alcançar o sucesso.

Limitações e Sugestões para Pesquisas Futuras

Apesar das contribuições apresentadas, este estudo possui limitações. Em primeiro lugar, foram entrevistadas apenas 14 mulheres e, embora se considere que a saturação teórica tenha sido alcançada (Fontanella & Magdaleno, 2012), sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos fundamentados em metodologias qualitativas com um número mais amplo de participantes. Em segundo lugar, os resultados possibilitaram um aprofundamento das interseccionalidades relacionadas a gênero, raça e classe. Recomenda-se que pesquisas futuras explorem outras intersecções presentes nos discursos sobre identidade e pertencimento no Sul Global, incluindo, por exemplo, mulheres trans, mulheres idosas, mulheres indígenas e mulheres com deficiência. Adicionalmente, as entrevistas foram realizadas durante o contexto da pandemia de COVID-19. Nesse sentido, novas investigações poderão desenvolver análises mais aprofundadas por meio de métodos etnográficos, acompanhando mulheres empreendedoras e seus empreendimentos em seus contextos cotidianos de atuação.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa demonstra que o empreendedorismo não se constitui de um espaço neutro ou inclusivo, mas sim um campo discursivo estruturado por normas de gênero, raça e classe. Ao examinar as experiências de mulheres negras brasileiras empreendedoras, a pesquisa evidencia como as desigualdades são produzidas, sustentadas e contestadas por meio dos discursos. Ao integrar a interseccionalidade e a teoria *queer*, o estudo amplia as compreensões sobre a identidade empreendedora e apresenta possibilidades alternativas de existência que desafiam pressupostos naturalizados e normativos. Em última instância, reconhecer e valorizar essas subjetividades empreendedoras alternativas contribui para a construção de futuros empreendimentos mais inclusivos, plurais e socialmente justos.

REFERÊNCIAS

- Acker, J. (2006). Inequality regimes: Gender, class, and race in organizations. *Gender & Society*, 20(4), 441-464. <https://doi.org/10.1177/0891243206289499>
- Akotirene, C. (2018). *Interseccionalidade*. Pólen Livros.
- Alexander, B. (2003). Querying queer theory again (or queer theory as drag performance). *Journal of Homosexuality*, 45(2-4), 349-352. https://doi.org/10.1300/j082v45n02_19
- Amis, J. M., Mair, J., & Munir, K. A. (2020). The organizational reproduction of inequality. *Academy of Management Annals*, 14(1), 195-230. <https://doi.org/10.5465/annals.2017.0033>
- Amis, J. M., Munir, K. A., Lawrence, T. B., Hirsch, P., & McGahan, A. (2018). Inequality, institutions and organizations. *Organization Studies*, 39(9), 1131-1152. <https://doi.org/10.1177/0170840618792596>
- Bapuji, H., Ertug, G., & Shaw, J. D. (2020). Organizations and societal economic inequality: A review and way forward. *Academy of Management Annals*, 14(1), 60-91. <https://doi.org/10.5465/annals.2018.0029>
- Bell, E., & Willmott, H. (2020). Ethics, politics and embodied imagination in crafting scientific knowledge. *Human Relations*, 73(10), 1366-1387. <https://doi.org/10.1177/0018726719876687>
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19(2), 549-559. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>
- Bertolami, M., Artes, R., Gonçalves, P. J., Hashimoto, M., & Lazzarini, S. G. (2018). Sobrevivência de Empresas Nascentes: Influência do Capital Humano, Social, Práticas Gerenciais e Gênero. *Revista de Administração Contemporânea*, 22(3), 311-335. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018160121>
- Björk, P., Saarela, M., Kotavaara, O., & Muhos, M. (2022). *Global Entrepreneurship Monitor 2021–2022 Finnish report*. GEM. <https://www.gemconsortium.org/report/global-entrepreneurship-monitor-20212022-finnish-report>
- Brandão, A. M., Marques, A. P., & Lamela, R. (2019). Gênero, empreendedorismo e autonomização profissional. *Gestão e Sociedade*, 13(35), 2963-2991. <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/2529>
- Brown, A. (2021). The mark of the researcher's hand: the imperfections of craft in the process of becoming a qualitative researcher. *Management Learning*, 52(5), 541-558. <https://doi.org/10.1177/1350507620972235>
- Bruni, A., Gherardi, S., & Poggio, B. (2004). Entrepreneur-mentality, gender and the study of women entrepreneurs. *Journal of Organizational Change Management*, 17(3), 256-268. <https://doi.org/10.1108/09534810410538315>
- Butler, J. (1990). Gender trouble, feminist theory, and psychoanalytic discourse. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/postmodernism* (pp. 324-340). Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Psychology Press.
- Calás, M. B., & Smircich, L. (2006). 1.8 From the 'woman's point of view' ten years later: Towards a feminist organization studies. In S. R. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence, W. R. Nord, M. B. Calas, & L. Smircich (Eds.), *The Sage Handbook of Organization Studies* (p. 284). Sage. <https://doi.org/10.4135/9781848608030.n9>
- Cardoso, C. P. (2014). "Amefricanizing" the Feminism: the thought of Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 965-986. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>
- Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendedores Sociais (Org.), *Racismos contemporâneos* (pp. 49-58). Takano.
- Carneiro, G. M., & Gomes, I. M. (2018). A corporeidade "das pretas": identidade e consumo nas estratégias políticas de empoderamento em um coletivo de mulheres negras na cidade de Vitória. *Movimento*, 24(4), 1063-1076. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.75059>
- Cheek, J. (2008). The practice and politics of funded qualitative research. In Denzin, N. K., Lincoln, Y. S. (Eds.). *Strategies of Qualitative Inquiry* (pp. 45-74). Sage Publications.
- Cohen, C. J. (2020). Punks, bulldaggers, and welfare queens: The radical potential of queer politics?. In C. McCann, E. Ergun, & S. Kim (Eds.). *Feminist Theory Reader* (pp. 311-323). Routledge.
- Conde, E. P., Felix, B., & Moreira, N. C. (2023). Ties that knot: how app-workers co-construct their identities at precarious work contexts. *Revista de Administração Contemporânea*, 27, e220083. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023220083.en>
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167. <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Crenshaw, K. (2002). Background paper for the expert meeting on the gender-related aspects of race discrimination. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Davis, A. (2016). *Women, race and class*. Boitempo Editorial.
- de Almeida, E. L., Dias, P. K., & dos Santos, E. C. (2021). Desafios de empreendedoras na economia criativa periférica. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 15(1), 122-146. <https://doi.org/10.12712/rpca.v15i1.47233>
- Epstein, S. (2002). A Queer Encounter: Sociology and the Study of Sexuality. *Sociological Theory*, 12(2), 188-202. <https://doi.org/10.2307/201864>
- Fontanella, B. J. B., & Magdaleno, R., Jr. (2012). Saturação teórica em pesquisas qualitativas: contribuições psicanalíticas. *Psicologia em estudo*, 17, 63-71. <https://www.scielo.br/jj/pe/a/JXwNwW649DsNBpFb5kZqGyH/abstract/?lang=pt#>
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Loyola.
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2024). Retrieved, 12. <https://www.gemconsortium.org/report>
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje—Anuário de Antropologia, Política e*

- Sociologia*, 2(1), 223-244. <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10316>
- Grossi, M. P. (2004). *Masculinidades: Uma revisão teórica*. Antropologia em Primeira Mão (UFSC), (75), 1-37. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1265>
- Hennekam, S., & Ladge, J. J. (2023). Free to be me? Evolving gender expression and the dynamic interplay between authenticity and the desire to be accepted at work. *Academy of Management Journal*, 66(5), 1529-1553. <https://doi.org/10.5465/amj.2020.1308>
- Imas, J. M., Wilson, N., & Weston, A. (2012). Barefoot entrepreneurs. *Organization*, 19(5), 563-585. <https://doi.org/10.1177/1350508412459996>
- Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Knight, M. (2016). Race-ing, classing and gendering racialized women's participation in entrepreneurship. *Gender, Work & Organization*, 23(3), 310-327. <https://doi.org/10.1111/gwao.12060>
- Lorde, A. (1984). *Age, race, class, and sex: Women redefining difference*. Routledge.
- Marlow, S., & Dy, A. M. (2018). Annual review article: Is it time to rethink the gender agenda in entrepreneurship research? *International Small Business Journal*, 36(1), 3-22. <https://doi.org/10.1177/0266242617738321>
- McWhorter, L. (2012). Queer economies. *Foucault Studies*, (14), 61-78. <https://doi.org/10.22439/fs.v0i14.3891>
- Mole, K., & Ram, M. (2017). *Perspectives in entrepreneurship: A critical approach*. Bloomsbury Publishing.
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, (21), 150-182. <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8863>
- Nogueira, C. (2001). A análise do discurso. *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação*, 15-48. <https://hdl.handle.net/1822/4355>
- Oliveira, A. B. D., Jr., Gattaz, C. C., Bernardes, R. C., & Iizuka, E. S. (2018). Pesquisa em empreendedorismo (2000-2014) nas seis principais revistas brasileiras de administração: lacunas e direcionamentos. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(4), 610-630. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395167644>
- Ozkazanc-Pan, B. (2014). Postcolonial feminist analysis of high-technology entrepreneuring. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 20(2), 155-172. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-12-2011-0195>
- Parker, I. (2014). *Discourse dynamics (psychology revivals): Critical analysis for social and individual psychology*. Routledge.
- Parker, M. (2001). Fucking management: queer, theory and reflexivity. *Ephemeria*, 1(1), 36-53. <https://ephemerajournal.org/sites/default/files/1-1parker.pdf>
- Parker, M. (2016). Queering queer. *Gender, Work & Organization*, 23(1), 71-73. <https://doi.org/10.1111/gwao.12106>
- Pulido, L. (2017). Geographies of race and ethnicity II: Environmental racism, racial capitalism and state-sanctioned violence. *Progress in Human Geography*, 41(4), 524-533. <https://doi.org/10.1177/0309132516646495>
- Pullen, A., & Lewis, P. (2019). A critical moment: 25 years of Gender, Work and Organization. *Gender, Work & Organization*, 26(1), 1-8. <https://doi.org/10.1111/gwao.12335>
- Romero, M., & Valdez, Z. (2016). Introduction to the special issue: Intersectionality and entrepreneurship. *Ethnic and Racial Studies*, 39(9), 1553-1565. <https://doi.org/10.1080/01419870.2016.1171374>
- Rumens, N. (2017). *Queer business: Queering organization sexualities*. Routledge.
- Rumens, N., Souza, E. M., & Brewis, J. (2018). Queering queer theory in management and organization studies: Notes toward queering heterosexuality. *Organization Studies*, 40(4), 593-612. <https://doi.org/10.1177/0170840617748904>
- Santos, S. C., & Neumeyer, X. (2021). Gender, poverty and entrepreneurship: a systematic literature review and future research agenda. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 26(03), 2150018. <https://doi.org/10.1142/S1084946721500187>
- Souza, E. M. D. (2017). A teoria queer e os estudos organizacionais: revisando conceitos sobre identidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(3), 308-326. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017150185>
- Suddaby, R., Bruton, G., & Walsh, J. (2018). What we talk about when we talk about inequality: An Introduction to the Journal of Management Studies Special Issue. *Journal of Management Studies*, 55(3), 381-393. <https://doi.org/10.1111/joms.12333>
- Vale, G. M. V. (2014). Entrepreneurship, marginality and social stratification. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 310-321. <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/23313>
- Vallas, S., & Schor, J. B. (2020). What do platforms do? Understanding the gig economy. *Annual review of sociology*, 46, 273-294. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-121919-054857>
- Vilela, N. G. S., Hanashiro, D. M. M., & Costa, L. D. S. (2020). (Des) igualdade de gênero no local de trabalho e práticas de recursos humanos. *Revista Alcance*, 27(3), 382-398. <https://periodicos.univali.br/index.php/ra/article/view/14959>
- Wenham, C., Smith, J., & Morgan, R. (2020). COVID-19: the gendered impacts of the outbreak. *The lancet*, 395(10227), 846-848. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30526-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30526-2)
- Woods, C., Dell, K., & Carroll, B. (2022). Decolonizing the business school: Reconstructing the entrepreneurship classroom through indigenizing pedagogy and learning. *Academy of Management Learning & Education*, 21(1), 82-100. <https://doi.org/10.5465/amle.2020.0366>
- Zulfiqar, G., & Prasad, A. (2021). Challenging social inequality in the Global South: Class, privilege, and consciousness-raising through critical management education. *Academy of Management Learning & Education*, 20(2), 156-181. <https://doi.org/10.5465/amle.2019.0294>

Amanda Zambelli Ferretti
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5761-2206>

Doutora em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora titular na Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli), Brasil. E-mail: amandazambelli@gmail.com

CONTRIBUIÇÃO DA AUTORA

Amanda Zambelli Ferretti: Conceituação (Liderança); Curadoria de dados (Liderança); Análise formal (Liderança); Investigação (Liderança); Metodologia (Liderança); Administração do projeto (Liderança); Software (Liderança); Validação (Liderança); Visualização (Liderança); Escrita- rascunho original (Liderança); Escrita- revisão e edição (Líder).

DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todo o conjunto de dados que sustenta os resultados deste estudo está disponível mediante solicitação à autora para correspondência, Amanda Zambelli Ferretti. Os dados não estão disponíveis publicamente devido à presença de informações que podem comprometer a privacidade das participantes da pesquisa.

CONFLITO DE INTERESSE

A autora não possui conflito de interesses a declarar.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A ferramenta de inteligência artificial ChatGPT foi utilizada para auxiliar na revisão de comparação e inserção de referências após as etapas de revisão e ajustes a pedido dos pareceristas.

AGRADECIMENTOS

Como autora do artigo, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos aos revisores e editores desta chamada, pelo olhar atencioso e feedbacks construtivos. Seus comentários inspiradores e sugestões foram fundamentais para refinar o manuscrito, bem como aumentar seu rigor, relevância e contribuições gerais. Agradeço também pela leitura atenciosa e por me ajudarem a tornar a qualidade do trabalho, tornando-o mais adequado para publicação.

EDITOR-CHEFE

Hélio Arthur Reis Irigaray, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9580-7859>

EDITOR ASSOCIADO

Fabrizio Stocker, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6340-9127>

EDITORES CONVIDADOS

Bruno Felix, Fucape Business School, Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6183-009X>

Sophie Hennekam, Audencia Business School, Nantes, França. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8974-9653>

Ana Carolina Júlio, Fucape Business School, Vitória, ES, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4684-9811>

PARECERISTAS

Aline Mendonça Fraga, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Curitiba, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4240-464X>

Elisângela de Jesus Furtado da Silva, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0730-5160>

RELATÓRIO DE REVISÃO POR PARES

O relatório de revisão por pares está disponível em <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/97420>